

Ata n.º 42 / XIII / 1.ª SL

Aos dezanove dias do mês de Julho de 2016, pelas quinze hora e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais
2. Audiência à Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses – 15h30
3. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 10/XIII/1ª Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Cooperação no domínio da Defesa, assinado em Baiona, em 22 de junho de 2015. Deputado autor do Parecer: Filipe Lobo D'Ávila - CDS-PP
4. Análise a provação de Atas
 - Ata n.º 29, de 1 de junho;
 - Ata n.º 31, de 14 de junho;
 - Ata n.º 38, de 12 de julho
5. Outros assuntos

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, deu as boas-vindas à delegação¹ da Direção da Associação Sindical dos Diplomatas Portuguesas, encabeçada pelo Senhor Embaixador Manuel Marcelo Curto, a quem foi expilcada a metodologia adotada para a sessão e, ato contínuo, concedida a palavra para a sua alocução inicial, cujo teor pode ser encontrado [aqui](#).

¹ Para além do Sr. Embaixador Marcelo Curto, compunham a delegação os SRs. Drs. Paulo Domingues, Mafalda Graba Gomes, e Thiago de Almeida Carvalho.

Seguidamente, interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que após ter dado as boas vindas à delegação, manifestou a honra em receber a Associação, considerando ser esta comissão a sede própria para discutir as questões relacionadas com, a carreira diplomática. Retratou as deficiências existentes nesta carreira, financeiras e outras, suscetíveis de pôr em causa a capacitação dos próprios diplomatas. As Embaixadas são, hoje, a todos os níveis, o centro da ação externa dos diferentes países, o que em Portugal nem sempre ocorreu.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para cumprimentar os convidados, em nome do seu Grupo Parlamentar. Salientou as dificuldades por que passa a carreira diplomática, tendo partilhado o conjunto de preocupação evidenciadas pela Associação, apesar de quais, entendeu, nunca ter saído desvalorizada a atividade diplomática, bem pelo contrário. Perguntou: qual o relacionamento que a Associação mantém com o atual Governo e se este está a par dos problemas relatados; qual o impacto que observou na prorrogação do mecanismo de correção cambial; como vê a situação dos concursos e progressões na carreira; e, finalmente, se existe algum tipo de concertação com os representantes sindicais dos funcionários consulares.

De seguida, interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para igualmente cumprimentar os convidados em nome do seu Grupo Parlamentar. Agradeceu a exposição trazida, bem ilustrativa do que é vida diária nos postos diplomáticos, onde a falta de meios humanos e materiais, designadamente os financeiros, tem vindo a crescer nos últimos anos. E perguntou se as preocupações manifestadas nesta ocasião haviam já sido comunicados ao Executivo e, na afirmativa, que reatividade mereceram.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP)**, tendo apresentado cumprimentos a todos os convidados e manifestado compreensão pelas dificuldades relatadas. Perguntou: qual o balanço da implementação das reformas aprovadas na estrutura do Ministério e nas carreiras e se responderam aos desafios então colocados; se a Associação tem conhecimento da existência de dificuldades na aplicação das 35 horas semanais nos serviços auxiliares das embaixadas, como por exemplo, em Paris.

Interveio o Senhor **Deputado Alberto Martins (PS)** para cumprimentar os convidados e manifestar o seu apreço pela impressividade da exposição. Perante o exposto, pareceu-lhe estarmos no limite da garantia do funcionamento da atividade diplomática. Perguntou se existe jubilação na carreira diplomática.

Interveio a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** para uma interpelação à Mesa no sentido de solicitar que o texto lido pelo Senhor Embaixador, pela sua utilidade, pudesse ser

facultado aos Deputados, à imagem do que ocorre noutras Comissões.

Rspondeu o Senhor **Vice-Presidente** que a sessão está a ser gravada e que, usualmente, os Serviços procedem à divulgação dos textos, em casos semelhantes ao de hoje.

A fim de responder às questões formuladas, tomou a palavra o Senhor Embaixador Marcelo Curto, para afirmar que tanto antes como depois do 25 de Abril, sempre conheceu por fundamentais na carreira diplomática os valores da exclusividade, espírito de serviço e neutralidade política. Em muitos casos, o salário auferido na carreira é o único do agregado familiar, atentas as idiossincrasias inerentes ao deslocamento e permanência em países estrangeiros. Em termos de pensões, entende que os diplomatas não são privilegiados, auferindo salários entre os 1.200 e os 2.200 euros, consoante se trate do princípio ou final de carreira, pelo que a principal motivação e sustentação da vida de um diplomata tem de ser a dedicação e gosto ao serviço público. As 35 horas, no que aos diplomatas respeita, constituem uma mera indicação, pois o trabalho diplomático é visto como um fenómeno integral, sem limitação ou condicionamento horário, sendo esse o principal motivo para as dificuldades que têm vindo a ser sentidas no agrupamento familiar dos diplomatas, salientando o custo com a educação dos respetivos filhos, sujeita a mudanças bruscas de posto e entradas a meio de anos letivos. Confirmou contactos com a estrutura sindical dos funcionários consulares, essencial à atividade diplomática. Referiu que a Associação vem mantendo diálogo franco e profícuo com o Ministro, tendo adiantado a participação da Associação na ultimização de uma Proposta de Lei tendente a rever o processo eleitoral no estrangeiro. Finalmente, depois de confirmar a existência da figura da jubilação, mas sem que daí advenha qualquer benefício remuneratório, aludiu à importância que teve o mecanismo da correção cambial, para cujo efeito foi determinante a intervenção do próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Interveio o Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)** para cumprimentar os convidados e relembrar ter conhecido pessoalmente o Senhor Embaixador Marcelo Curto, era este o responsável pela Representação portuguesa na União Indiana que então vosseitou enquanto Deputado, onde pôde testemunhar as difíceis condições de funcionamento da Embaixada, só supáveis por recurso à extraordinária dedicação ao serviço do Senhor Embaixador. Continuou, afirmando que entre as ambições e os meios de que a diplomacia pode dispor vai um gigantesco fosso, situação de precaridade que é extensiva a outras áreas de atividade representativa do Estado, tendo manifestado o apoio da 2.^a Comissão, em vista da dignificação da carreira diplomática.

Intervio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para reiterar o pedido já formulado de que o texto lido pelo Senhor Embaixador pudesse ser distribuído aos diferentes Grupos

Parlamentares.

Frisou o Senhor **Vice-Presidente** que esta Comissão não difere das outras nem é para si procedimento anormal distribuir aos Grupos Parlamentares as comunicações de entidades convidadas como a de hoje, pelo que certamente os Serviços irão assegurar que tal ocorra.

Em resposta, o Senhor Embaixador agradeceu as honrosas palavras do Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto, salientado que, não obstante a precariedade das condições vividas à referida época na Embaixada de Portugal na Índia, muitas foram as realizações promovidas e organizadas por Portugal naquele país. A carreira diplomática, referiu, é fortemente hierarquizada, onde a transição para a categoria de Conselheiro de embaixada constitui um marco de mudança, como acréscimo de autonomia e responsabilidade. Relembrou, a terminar, a imagem grangeada por Portugal e pela sua diplomacia no período pós-descolonização, onde somente a competência, abertura e espírito cooperante conseguem explicar o facto de uma ex-potência colonial ser chamada a intermediar problemas nas suas próprias ex-colónias. E somente pode ser essa a explicação, também, para o número de votos obtidos por Portugal no processo de eleição para o Conselho de Segurança da ONU.

Terminada esta parte dos trabalhos, o Senhor Vice-Presidente despediu-se da delegação convidada e procedeu a um curto intervalo.

Retomados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- Tendo baixado à CNECP duas Propostas de Resolução, perguntou se existia alguma objecção à sua inclusão na OD desta reunião, e na afirmativa, da sua distribuição. Não tendo sido registada qualquer objecção, foram distribuídas, para escrutínio, as seguintes iniciativas:
 - Proposta de Resolução n.º 15/XIII, que aprova o Acordo para a Criação e Estatuto da Organização de Direito Público Europeu, assinado em Atenas, em 27 de outubro de 2004. Autor do Parecer: BE
 - Proposta de Resolução n.º 16/XIII, que aprova o Protocolo n.º 12, alterando a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Roma, em 4 de novembro de 2000. Autor do Parecer: CDS-PP

- Indicação dos Deputados PS e PSD que representarão a CNECP em Bratislava, 2 a 4 de setembro Conferência da (PESC/PCSD): foram indicados os Senhores Deputados Paulo Pisco (PS) e Ângela Guerra (PSD).
- Uma delegação do Senado da República Checa visita Portugal entre 22 e 24 de setembro (5.ª feira a sábado), solicitando audiência com a CNECP. Ficou decidido que a Comissão receberá esta delegação a 22 de setembro próximo, no formato Mesa + Coordenadores, pelas 14 horas.

Ponto 3.

Relativamente a este ponto da OD, interveio o Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) para apresentar o seu Relatório acerca da iniciativa identificada neste ponto da OD, lembrando que a presente discussão esteve suspensa para receção do Parecer solicitado à 3.ª Comissão, entretanto recebido. Deste, muito pouco resultou de substância, suscetível de alterar o Relatório que já tinha preparado, aproveitando para mencionar as duas únicas alterações que entendeu introduzir ao texto primitivo: primeiro, uma alusão ao próprio pedido de Parecer e, em segundo lugar, o aditamento textual em tempo proposto pelo PSD e com o qual o CDS-PP havia concordado, no sentido de sublinhar as questões das Selvagens e da Plataforma Continental, como temas relativamente aos quais Portugal não precisa de soberanamente gerir, independentemente de quaisquer acordos de incidência bilateral celebrados ou a celebrar com Espanha.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para pedir esclarecimento acerca do texto em discussão, dado que o que possui não contém as alterações indicadas pelo Relator.

Interveio o senhor Deputado João Oliveira (PCP) para concordar com o Relatório, pese embora o PCP reserve a sua posição política para o momento em que o mesmo for discutido em Plenário.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para retirar o facto de a versão do documento que chegou ao PS estar desatualizado.

Interveio o Senhor **Vice-Presidente** para esclarecer



Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e quarenta minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160719.mp3

Palácio de S. Bento, 19 de Julho de 2016

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
Carla Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Moreira da Silva
Paula Teixeira da Cruz
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia /09/2016.